



**CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**Linha de Pesquisa:  
Transformações Econômicas e Processo de Urbanização**

**LAERCIO GOMES DE QUEIROZ**

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DAS PEQUENAS  
CIDADES: ESTUDO DE CASO SOBRE PEDRO RÉGIS – PB**

**GUARABIRA – PB**

**2013**

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DAS PEQUENAS  
CIDADES: ESTUDO DE CASO SOBRE PEDRO RÉGIS – PB**

**LAERCIO GOMES DE QUEIROZ**

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DAS PEQUENAS  
CIDADES: ESTUDO DE CASO SOBRE PEDRO RÉGIS – PB**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Geografia, pelo discente **Laercio Gomes de Queiroz**, enquanto requisito obrigatório para a obtenção do título de **Licenciado em Geografia**, desenvolvida sob orientação do Professor Francisco Fábio Dantas da Costa.

**GUARABIRA – PB**

**2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

Q3a Queiroz, Laercio Gomes de

Análise da formação do espaço urbano das pequenas cidades: estudo de caso sobre Pedro Régis – PB / Laercio Gomes de Queiroz. – Guarabira: UEPB, 2013.

57 f. : II

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa.

1. Espaço Urbano 2. Cidades Pequenas 3. Pedro Régis. I. Título.

22.ed. CDD 910

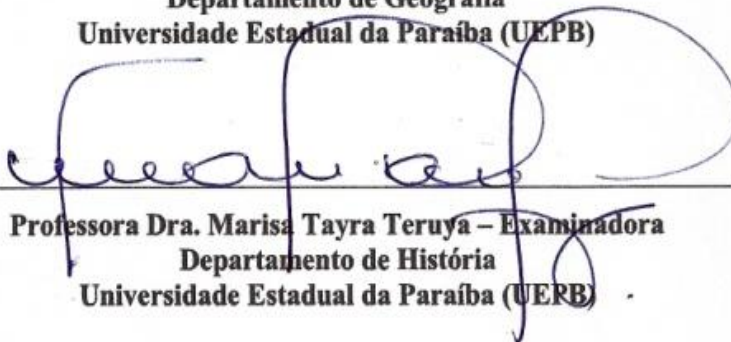
**LAERCIO GOMES DE QUEIROZ**

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DAS PEQUENAS  
CIDADES: ESTUDO DE CASO SOBRE PEDRO RÉGIS – PB**

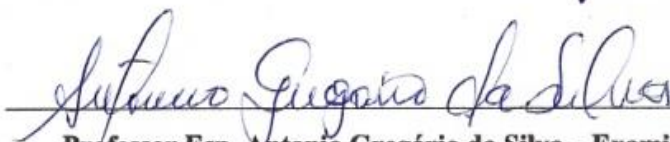
Monografia aprovada em 06/setembro/2013, como requisito para a obtenção do título de Licenciado no Curso de Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, pela seguinte banca examinadora:



**Professor Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa – Orientador**  
**Departamento de Geografia**  
**Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



**Professora Dra. Marisa Tayra Teruya – Examinadora**  
**Departamento de História**  
**Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**



**Professor Esp. Antonio Gregório da Silva – Examinador**  
**Departamento de Geografia**  
**Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**

**GUARABIRA – PB**

**2013**

Dedico a minha família, minha mãe MARILI e minha irmã HOZANA, pelo apoio nos momentos difíceis, pela compreensão nos momentos de exaltação, pelo incentivo no momento de fraqueza e por sempre acreditarem na minha capacidade e na minha força de vontade.

A minha namorada ADRIANA, pela paciência e pelo apoio nos momentos difíceis e mais dolorosos da minha vida.

Ao meu PAI, LUIS FRANCISCO DE QUEIROZ (*in Memoriam*), pelos sacrifícios, pelo esforço e por compreender o quanto este momento seria importante pra minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a DEUS, o Senhor de todas as coisas e provedor de todos os momentos.

A minha mãe e a minha irmã pela compreensão e companheirismo durante esse extenso período da graduação: viagens, horas de estudos e ausência em diversos momentos.

A minha namorada pelo carinho e paciência.

As minhas tias IRACI (Bida), BEATRIZ (Lalu), SEVERINA, MARIA DAS DORES e todos os familiares que de forma direta ou indireta contribuíram para esse momento especial em minha vida.

A meu padrinho: IVANILDO e as minhas madrinhas SOLANGE e MARIA (Mara).

Aos professores e professoras que contribuíram com meu crescimento como aluno (ensino fundamental e médio): LOURDES, LÚCIA, MARIA JOSÉ, WÊNIDA, HOSANA, ELISÂNGELA, SANDRA, entre outros.

Aos professores da UEPB: PAULO JOSÉ, LIMA, LANUSSE, LUCIENE, CARLOS BELARMINO, JULIANA, CLEOMA, RAQUEL, ALETHÉIA, SANTANA, REGINA, SÉRGIO, JACKSON, entre outros que passaram pela minha vida acadêmica e fazem parte da minha história.

Ao meu professor, amigo e orientador FÁBIO DANTAS, pela compreensão, paciência e incentivo.

Aos professores da banca examinadora, MARISA TAYRA e ANTONIO GREGÓRIO, pelas valiosas sugestões e pela contribuição intelectual.

Aos amigos da UEPB: NIELMA, JAKELINE, WELLINGTON, SUENYA, ELI CÁSSIA, APARECIDA, DEVID, HOVERLAN, JANAINÉ, MIKAELA, MANOEL FERREIRA, MÁRCIO, SEVERINO, GABRIEL, JOANA, RONIELLY, LUZITÂNIA, TANIELLE, GABRIELA e a todos que tive a honra de conviver durante o curso.

Em especial: JÉSSICA, JUNIO, JARDIANE e MANOEL, pelo auxílio quando necessário, pelo companheirismo nos momentos de tristeza e pelas risadas nos de alegria, agradeço principalmente pela amizade e a certeza de que vocês não entraram na minha vida por acaso.

Aos amigos: CRISTINA, YÁKEY, JAILSON, ULISSES, IVAN, SIDINEI, GENILSON (Tito), PEDRO JUNIOR, SABRINA, JABERLÂNIE, ERICA, DAVID, MIGUEL, ROGÉRIO, ao Sr. JOSÉ LUIS e a todos que torceram por mim

Aos colegas de trabalho da Escola Ozéias Aranha de Vasconcelos: ANDREZZA, JOEL, JOCEMAR JUNIOR, SIMONY, JACIARA, DONA FÁTIMA, EDINEUZA, ARIMATÉIA, LOURDES, MARIA, EDILEUZA, ANTÔNIA, DANIEL, EMILSON, a todos pela compreensão e apoio.

.A ANGÉLICA e EDNALDO, que mesmo distantes torceram por mim; a JOSÉ AURÉLIO (Baia) E CRISTINA pelo apoio e auxílio quando precisei.

Agradeço a todos que torceram por mim e rezaram para que este momento fosse possível e a realização de um sonho.

E por fim, não poderia deixar de agradecer e homenagear ao meu PAI, LUIS FRANCISCO, um Homem que mesmo nas dificuldades nunca permitiu que eu desistisse dos meus estudos, que a humildade não foi um obstáculo para a construção do caminho para realização deste sonho, pela certeza que tinha que eu poderia chegar até aqui e ir mais além. Enfim, pelo exemplo de Ser Humano, de Amigo e de PAI que sempre será. A você, muito mais de que agradecimento, a você muito AMOR, CARINHO E ADMIRAÇÃO.



*“O valor das coisas não está no tempo em que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”.*

*Fernando Pessoa*

## **043 - Geografia**

**Título: Análise da Formação do Espaço Urbano das Pequenas Cidades: Estudo de Caso Sobre Pedro Régis – PB**

**Autor: Laercio Gomes de Queiroz**

**Linha de Pesquisa: Transformações Econômicas e Processo de Urbanização**

**Examinadores: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa**

**Profa. Dra. Marisa Tayra Teruya**

**Prof. Esp. Antonio Gregório da Silva**

### **RESUMO**

A cidade enquanto construção do homem, produto da sociedade, trabalho concretizado, apresenta-se enquanto formas de ocupação. Para sua sobrevivência, o homem necessita ocupar um lugar específico no espaço. Nele serão produzidos seus meios de vida, pois o mesmo precisa de um local para produzir, consumir, habitar e viver. Salienta-se que não é somente a reprodução da vida material que é necessário para a sobrevivência do ser humano. Neste mesmo espaço também se constrói um modo de vida determinado. Assim, a cidade nasce através da ação coletiva de um grupo (CARLOS, 2007). Apesar da existência de muitos estudos sobre o tema em destaque, estes concentram esforços no tratamento das questões que envolvem a realidade das grandes e médias cidades. Por outro lado, mesmo estando em maior quantidade, as pequenas cidades no Brasil ainda contam com estudos pouco representativos, contribuindo, desta maneira, para dificultar a construção de um perfil sobre elas. Para Santos (1979), a pequena cidade é um espaço de aglomeração capaz de suprir apenas as necessidades mais imediatas da população, sejam elas reais ou criadas pelas relações humanas. Este trabalho tem como objetivo, analisar o processo de formação da área urbana da cidade de Pedro Régis/PB a partir de uma visão geográfica, levando em consideração fatores sociais, econômicos, demográficos e infraestruturais. A referida cidade está localizada na Zona da Mata da Paraíba. O município possui um território de 73 km<sup>2</sup> e, segundo o Censo Demográfico de 2010, apresentava uma população de 5.765 habitantes (deste total, apenas 37,17% residia na área urbana). Emancipado em 29 de abril de 1994, desmembrado seu território da cidade de Jacaraú (IBGE, 2012), atualmente passa por um lento processo de crescimento do perímetro urbano. Para a realização desta pesquisa, foram realizadas as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica feita através de leituras, análises de dados e fichamentos do material para fundamentação teórica sobre o assunto e pesquisa de campo realizada nos anos de 2012 e 2013 com a realização de entrevistas, coletas de dados em órgãos como IBGE e Prefeitura Municipal de Pedro Régis e observações empíricas. O processo de povoamento começa após a chegada de Pedro Régis da Silva com a construção de casas e a doação de terrenos pelo mesmo fez com o que a ocupação do espaço se expandisse, surgindo um pequeno adensamento populacional. Por fim, constata-se que a cidade de Pedro Régis é classificada como pequena cidade pelo método demográfico, pois apresenta uma população inferior a 20.000 habitantes e qualitativamente por possuir características rurais, com um comércio pouco dinâmico, falta de emprego, oferta limitada de serviços, dependência de centros urbanos maiores, forte ligação com o campo e o setor público sendo o maior empregador. Essas observações nos permitir definir a cidade de Pedro Régis como uma pequena cidade.

**Palavras chave:** Pequenas cidades; Espaço urbano; Pedro Régis.

### **043 - Geography**

**Title: Analysis of the Formation of the Urban Space of the Small Cities: a study of In case On Pedro Régis - PB**

**Author: Laercio Gomes de Queiroz**

**Line of Research: Economical transformations and Process of Urbanization**

**Examiners: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa**

**Profa. Dra. Marisa Tayra Teruya**

**Prof. Esp. Antonio Gregório da Silva**

### **ABSTRACT**

The city while man's construction, product of the society, concretized work it introduces while occupation forms. For your survival, the man needs occupy a specific place in the space. In him will be produced their livelihoods, because the even needs a location to produce, consume, inhabit and live. It is noted that not only the reproduction of the material life is required for the survival of human being. In this same space also builds a certain way of life. This way, the city it is born through the collective action of a group. (CARLOS,2007). Despite the existence of many studies on the theme in highlight, these efforts concentrate on the treatment of the issues surrounding the reality of large and medium cities. On the other hand, even though in larger amounts, the towns small still rely on some representative studies, contributing in this way to make it difficult to construct a profile for them. For Santos (1979), the small city is a space agglomeration of able to supply only the needs more immediate of the population be them real or maids by the human relations. This work has as goal, analyze the process formation of the urban area of the city of Pedro Régis-PB starting from a geographical vision, carrying in social factors consideration, economic, demographic and infrastructural. The said city is located in the zone of woods of Paraíba. With a territory of 73 km<sup>2</sup>, according to the 2010 Census, had a population of 5,765 inhabitants (of this total, only 37.17% lived in urban areas). Emancipated in 29 of April 1994, dismembered your territory of the city of Jacaraú (IBGE, 2012), currently passes by a slow process of growth in the urban perimeter. For the accomplishment of this research, they were accomplished the next stages: Researches bibliographical made through readings, data analysis and record keeping of the material for grounding theoretical on the subject and field research conducted in the years 2012 and 2013 with achievement interviews, collection data in organs as IBGE and Municipality of Pedro Regis and empirical observations. The increased population happens after the arrival of Pedro Régis da Silva, with the homes construction and the terrains donation by made same made the occupation of space expand, emerging a small population density. The city Pedro Regis is classified as small town by the method demographic, having a population less than 20,000 and qualitatively by owning rural characteristics, with a small trade, lack of employment, offer limited services, dependence on large urban centers, the public sector is the largest employer, a strong connection with the field. These observations allow us to define the city of Pedro Régis as a small city.

**Words key:** Small Cities, Urban Space, Pedro Régis.

## LISTAS

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Cidades com até mil habitantes .....	21
<b>Figura 2</b> - Cidades com população entre mil e cinco mil habitantes .....	22
<b>Figura 3</b> - Cidades com população entre 5.001 e 20.000 habitantes .....	22
<b>Figura 4</b> - Mesorregião da Mata Paraibana e suas microrregiões.....	27

### TABELAS

<b>Tabela 1</b> – População do município de Pedro Régis.....	29
<b>Tabela 2</b> – PIB do município de Pedro Régis por setor em 2010.....	30

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – População urbana e rural no período entre 1991 e 2010.....	29
<b>Gráfico 2</b> – Evolução da população total do município de Pedro Régis de 1991 a 2010	33
<b>Gráfico 3</b> – Evolução da população urbana do município de Pedro Régis de 1991 a 2010	33

### FOTOGRAFIAS

<b>Foto 1</b> – Antiga Prefeitura de Pedro Régis e residência do Senhor Pedro Régis da Silva	32
<b>Foto 2</b> – Atual Prefeitura Municipal.....	32
<b>Foto 3</b> –Vista panorâmica da cidade de Pedro Régis .....	34
<b>Foto 4</b> – Estabelecimento comercial varejista com produtos de uso diário .....	35
<b>Foto 5</b> – Estabelecimento comercial varejista sem especialidade.....	35
<b>Foto 6</b> – Escola Municipal Daura Ribeiro .....	36
<b>Foto 7</b> – Escola Estadual Margarida Dias.....	36
<b>Foto 8</b> – Ginásio Poliesportivo.....	37
<b>Foto 9</b> – Praça pública no centro da cidade .....	37
<b>Foto 10</b> – Prédio da Emater – PB, locado pela Prefeitura Municipal.....	38
<b>Foto 11</b> - Agência dos Correios.....	38
<b>Foto 12</b> – Criação de animais bovinos próximo ao centro na cidade de Pedro Régis – PB	39
<b>Foto 13</b> – Plantação de milho na zona urbana de Pedro Régis – PB.....	39
<b>Foto 14</b> – Pequena feira-livre na cidade de Pedro Régis – PB .....	40
<b>Foto 15</b> – Comercialização de produtos agrícolas na feira-livre de Pedro Régis – PB...	40

## **LISTA DE SIGLAS**

CAGEPA – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PB – Paraíba

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB – Produto Interno Bruto

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPITULO 1 - O URBANO E A CIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS .....	14
1.1 A origem das primeiras cidades.....	14
1.2 O que é a cidade?.....	15
1.3 O espaço urbano e sua paisagem .....	16
1.4 A caracterização das pequenas cidades.....	17
1.5 As pequenas cidades no nordeste do Brasil .....	19
CAPITULO 2 - UM ESTUDO DE CASO EM PEDRO RÉGIS – PARAÍBA .....	25
2.1 O início de tudo: um pouco da história .....	25
2.2 Alguns aspectos do município de Pedro Régis – PB.....	27
2.3 População e economia.....	28
CAPITULO 3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS .....	44
ANEXOS.....	48
Anexo I - Lei nº 4.007, de 08 de agosto de 1978	
Anexo II - Lei nº 5.886, de 29 de abril de 1994	
Anexo III - Lei nº 6.174, de 11 de dezembro de 1995	

## INTRODUÇÃO

Segundo Carlos (2007, p. 45), “a cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupação”. Assim, entende-se a cidade como um espaço edificado pelo homem de acordo com as necessidades da sociedade, materializadas nas construções através do trabalho humano, demonstrando dessa forma os meios de ocupação de um determinado espaço que ocorre de acordo com as ações definidas para o grupo.

Para sua sobrevivência, o homem necessita ocupar um lugar específico no espaço. Nele serão produzidos seus meios de vida, pois o mesmo precisa de um local para produzir, consumir, habitar e viver. Salienta-se que não é somente a reprodução da vida material que é necessário para a sobrevivência do ser humano. Neste mesmo espaço também se constrói um modo de vida determinado. Assim, a cidade nasce através da ação coletiva de um grupo (CARLOS, 2007).

Para Sposito (2010, p. 13) as “cidades existem em todo o mundo e se apresentam em diferentes tamanhos, mas nenhuma é igual a outra: cada uma delas tem sua história, contém sua própria identidade, marcada por diferenças e semelhanças em relação a outras cidades.”

Entende-se desta forma que o espaço ocupado para a formação da cidade sofre transformações a partir da produção/crescimento, caracterizando-a com aspectos próprios oriundos de mudanças necessárias para a sua expansão. Segundo Carlos (2007, p. 57), “a cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas.” Com isso, cada cidade produz sua própria identidade, caracterizando através da história seus aspectos únicos cristalizados na paisagem construída pela sociedade em um determinado momento.

Apesar de existirem em grande número, as pequenas cidades, objeto de investigação desta monografia, ainda são pouco discutidas pelos estudiosos da Geografia, pois grande parte dos trabalhos se reporta às médias e grandes cidades (SOARES, 2009). Contudo, felizmente nos últimos anos este fenômeno tem sido alvo de estudos de vários autores que discutem, de forma distinta, o termo pequena cidade, porém sem uma única definição (CASARIL, 2010; FRESCA, 2010). Em suas discussões, Santos (1979) diz que a pequena cidade é um espaço de aglomeração capaz de suprir apenas as necessidades mais imediatas da população, sejam elas reais ou criadas pelas relações humanas.

Foco central desta pesquisa, a cidade de Pedro Régis está localizada na Zona da Mata da Paraíba. O município possui um território de 73 km<sup>2</sup> e, segundo o Censo Demográfico de

2010, apresentava uma população de 5.765 habitantes (deste total, apenas 37,17% residia na área urbana). Emancipado em 29 de abril de 1994, desmembrado seu território da cidade de Jacaraú (IBGE, 2012), atualmente passa por um lento processo de crescimento do perímetro urbano, com a criação de um loteamento, um bairro e um conjunto habitacional.

A identificação com o tema, a falta de estudos relacionados à área urbana do Município de Pedro Régis e o atual momento de crescimento social e econômico do Brasil apontam alguns fatos que precisam ser explorados e investigados de maneira mais aprofundada. Eles motivaram o interesse pela pesquisa.

Nesse sentido, o crescimento urbano, visto pelo viés demográfico e estrutural, cada vez mais se configura no Brasil, país que apresenta um elevado índice de urbanização, conforme apontam os dados das pesquisas realizadas pelo IBGE.

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de formação da área urbana da cidade de Pedro Régis/PB a partir de uma visão geográfica, levando em consideração fatores sociais, econômicos, demográficos e infraestruturais. De modo específico: caracterizar o município de Pedro Régis geograficamente; compreender as fases do crescimento urbano a partir da coleta de informações junto aos moradores; observar os fatores e os motivos que ocasionaram este processo de formação; verificar as consequências do crescimento da área urbana, demonstrando os principais problemas enfrentados pela população.

Para a realização desta pesquisa, foram necessárias pesquisas bibliográficas através de leituras, análises e fichamentos do material bibliográfico relacionado ao tema da monografia (livros, revistas científicas, dissertações, censos demográficos, etc.). Esse material pôde ser encontrado na biblioteca do Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, bem como nos sites de algumas instituições públicas, a exemplo do IBGE, da Universidade Federal do Paraná, entre outras. Os trabalhos de campo foram realizados nos anos de 2012 e 2013, oportunidade em que foram realizadas entrevistas com representantes do poder público municipal, proprietários de alguns estabelecimentos comerciais e com alguns moradores da zona urbana.

Além das entrevistas realizadas, os trabalhos de campo foram importantes para a elaboração de um significativo acervo de imagens (fotografias).

Por fim, não podemos deixar de observar as consequências deste crescimento para a população. Cada cidade apresenta características próprias, porém sabemos que alguns problemas causados fazem parte do cotidiano de muitas delas. Temos de tentar relacionar estes problemas com este processo de formação e também fazer um estudo deles, buscando entendê-los, explicá-los e relacioná-los as condições sociais e econômicas atuais.



## **CAPÍTULO 1**

### **O URBANO E A CIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

Com o processo de urbanização mais intenso no século passado, as cidades passam a ser objeto de estudos mais aprofundados da Geografia. Para sua análise é necessário que se faça um estudo histórico-geográfico da origem da cidade, conceituando-a e procurando entender o seu espaço e sua paisagem. As pequenas cidades se tornaram alvo de estudos da Geografia através de autores como Santos (1979), Corrêa (1999, 2011), Soares (2009) entre outros, através de conceitos e estudos teóricos e empíricos.

#### **1.1 A ORIGEM DAS PRIMEIRAS CIDADES**

Segundo Carlos (2007), os estudiosos da história das cidades não conseguiram definir uma data exata para o seu surgimento. Sabe-se que as cidades existem desde a antiguidade, data-se o período de 5.000 a.C à 3.500 a.C como origem das primeiras povoações. Os primeiros povoamentos surgiram próximos aos rios Nilo, Tigre e Eufrates e em vários pontos da Ásia Menor. A sedentarização provocada pela descoberta da agricultura e pela domesticação dos animais fez surgir as aldeias, de modo que os seus habitantes passaram a utilizar os recursos naturais disponíveis (solo e água). A criação delas configuraram o primeiro passo para o surgimento da cidade antiga (LOPES, 2009).

Com o aprimoramento técnico e o crescimento demográfico as aldeias foram crescendo dando origem as cidades comerciais. Uma das primeiras cidades a existir, Ur, controlava todo o comércio marítimo em torno do Eufrates e do Nilo. A Babilônia, considerada uma cidade-estado, era o maior centro comercial ligando o Ocidente e o Oriente. Roma aproveitava as vastas estradas do império e desenvolvia um comércio forte e diverso. Com o surgimento do Feudalismo, que possuía um caráter diferente do modo de produção anterior, as cidades praticamente desaparecem com o fim do comércio no mediterrâneo (FREITAG, 2001; CARLOS, 2007).

A partir do século XI, as cidades começam a ressurgir, com os mercadores se instalando nos arredores das edificações nobres da época, juntando-se a artesãos e servos. Com a expansão do comércio, ressurge a relação entre os lugares, um elemento importante para a existência das cidades. Esta fase se caracterizou pela multiplicação das cidades e não pelo crescimento, pois naquele tempo não havia um desenvolvimento que possibilitasse uma forte relação entre os lugares para a circulação da mercadoria (SPOSITO, 1995).

Com o surgimento das cruzadas e a introdução da economia monetária origina-se uma nova divisão do trabalho acompanhando o crescimento das cidades. A industrialização caseira adquire maior técnica, dando possibilidade ao artesão de viver do seu próprio ofício. Com a introdução de novas técnicas na agricultura ocorre um crescimento demográfico impulsionado pela diminuição da população agrícola e a origem de novas especializações no trabalho. Lopes (2009, p. 5) diz que “se em sua origem as cidades dependiam do campo, gradualmente as relações se tornaram de interdependência entre esses espaços”.

## 1.2 O QUE É A CIDADE?

Com o processo de urbanização mais intenso no século XX, a cidade se tornou centro de discussões levando em consideração que ela é responsável pela dinâmica de amplas áreas do território. Segundo Carlos (1991, p. 42), “a cidade aparece como localização da indústria, local de trabalho social, aglomeração de mão-de-obra, mercadorias, materialização das condições de produção [...]”. Assim, caracteriza-se como um fenômeno centralizado e contraditório, uma vez que neste espaço se encontra o local e o global. Ainda de acordo com a autora, a cidade “vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se modifica.” (2007, p. 68).

A cidade é produto da história e da sociedade, sendo formada através das relações econômicas e sociais de cada época, tendo em vista que o espaço urbano guarda características de momentos específicos. Rodrigues (2009), diz que o urbano não deve ser compreendido como produto terminado, mas passível de transformações sociais, territoriais, políticas e econômicas. Ao discutir o conceito e a definição de cidade, ela afirma que a mesma pode ser interpretada como um objeto definido e delimitado como uma “projeção da sociedade sobre o local” (2009, p. 299). Numa perspectiva conceitual descritiva, Gomes destaca o seguinte:

Vemos então a cidade como um espaço que se organiza à volta de vários elementos tais como: identidade populacional, densidade de habitat e dominação do constituído sobre o não constituído. É um espaço que se estrutura pela força de natureza social, que por sua vez, é marcada por elementos que nela estão inscritos” (GOMES, 2009, p. 126).

A cidade é vista como um local constituído por diversos elementos definidos pelas características de sua população, distribuição de moradia e a influencia do construído (não natural) sobre o não construído (natural), um espaço que se forma através da imposição de

origem social demonstrado por elementos introduzidos pela sociedade. A cidade pode ser entendida como uma realidade material concreta ou um conjunto de funções sociais variadas, gerando uma ambiguidade na sua conceituação (GOMES, 2009). Para Carlos (2007b), as mudanças ocorridas nas cidades resultam da reprodução/relação social através do processo de construção do espaço na história de sua sociedade.

Este movimento se realiza enquanto movimento da reprodução social, o que significa que há na história um momento em que o processo de reprodução se realiza em um outro patamar, aquele da produção/reprodução do espaço, revelando um momento no qual implodem os referenciais vindos da história. Isto significa dizer que os referenciais históricos que estão acumulados no espaço tendem à destruição em confronto com as necessidades da produção de “novos espaços de acumulação” (CARLOS, 2007b, p. 25).

### **1.3 O ESPAÇO URBANO E SUA PAISAGEM**

O espaço urbano é resultado da força do trabalho humano sobre o meio natural, ou seja, ele representa a materialização das relações sociais no interior da cidade. Por meio do trabalho coletivo a cidade vai ganhando forma, sentido e conteúdo, em outras palavras, através do trabalho a sociedade produz e reproduz as condições materiais que são responsáveis pelas transformações na paisagem. Entretanto, essas modificações nem sempre beneficiam e/ou atendem as necessidades da maioria dos seus habitantes.

O espaço urbano é artificial, é construído no meio antes natural e, em seguida manipulado numa teia de ações sociais, onde as relações entre os atores envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria (SANTOS, 2009, p. 181).

Segundo Carlos (2007b, p. 33), a “paisagem revela uma história, o passado inscrito nas formas geradas por tempos diferenciais acumulados, mas sempre atuais, sincrônicos e diacrônicos, que produzem uma impressão apreendida pelos sentidos.” Entende-se assim que a paisagem urbana é a forma visível produzida no espaço, de modo que as características do modo de produção que lhe deu origem vão ficando registradas nela. Como exemplos destacam-se os casarões e igrejas construídas durante os primórdios da colonização do Brasil. Essas edificações estão presentes ainda hoje em várias cidades do país. Sobre esse aspecto, Rocha (2009, p. 168) acrescentou:

Dado que o espaço reflete, a cada momento, as características da organização de uma sociedade, a ordem espacial de uma cidade, ou seja, sua estrutura urbana refletirá também o resultado do confronto, reajuste ou recomposição dos sistemas que constituem a sociedade.

Ao trazer essa discussão para os dias atuais, alguns autores da Geografia vão destacar que a paisagem urbana revela características interessantes.

As cidades capitalistas vão ser marcadas por uma profunda divisão social no espaço, fruto da desigual distribuição de renda entre as classes. Segundo Carlos (2007), as classes de maior renda habitam as melhores áreas (centrais). No caso das grandes cidades, quando afloram os aspectos negativos (barulho, congestionamentos, poluição), essas pessoas buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos e com maiores possibilidades de lazer. Em outras palavras, as pessoas de melhor poder aquisitivo vão conseguir morar em locais dotados com melhor infraestrutura.

Por outro lado, parcela significativa dos seus moradores terá que ocupar as áreas periféricas, quase sempre repletas de problemas estruturais: habitações precárias, ausência de saneamento básico, deficiência dos equipamentos coletivos (áreas de lazer, escolas, creches, hospitais, postos de saúde, etc.), convívio com a violência provocada pelo tráfico de drogas, deficiência do sistema de transporte coletivo, entre outros.

À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura (CARLOS, 2007, p. 48).

Concordando com a autora supracitada, Rodrigues (2003, p. 22) afirma que “os que mais precisam usufruir de uma ‘cidade com serviços e equipamentos públicos’ – aqueles que têm baixos salários – compram lotes/casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo”. Além disso, ainda gastam um tempo considerável se deslocando de casa para o trabalho e organizam-se para lutar pelas melhorias nos serviços públicos nos bairros onde residem.

#### **1.4 A CARACTERIZAÇÃO DAS PEQUENAS CIDADES**

As pequenas cidades no Brasil representam um universo considerável, no entanto as mesmas não são alvo de amplos estudos por parte dos profissionais da Geografia, que destinam grandes esforços para o entendimento da dinâmica social e econômica das médias e grandes cidades. Por não existirem muitas pesquisas sobre as pequenas cidades, fica ainda mais difícil defini-las e até mesmo estudá-las.

Os estudos da Geografia Urbana brasileira, de modo geral, dedicaram-se a compreensão das grandes cidades, sobretudo as metrópoles [...].

Entretanto, só recentemente as pequenas cidades têm sido pauta de reflexões em eventos científicos, trabalhos de dissertação e teses de Geografia (SOARES, 2009, p. 117).

Ao se pensar em cidades de pequeno porte, a primeira definição que se tem é de uma área habitada por uma população pouco expressiva em quantidade (FRESCA, 2010). Isto ocorre devido ao fato delas não apresentarem uma dinâmica econômica capaz de atrair moradores das áreas rurais e até mesmo de cidades circunvizinhas. Para Andrade (1998), a classificação de uma cidade como pequena quase sempre leva em consideração o tamanho espacial e a incipiente oferta de serviços destinados à sua população. Por isso, em relação a hierarquia, essas cidades são classificadas como *centros locais* ou *cidades locais*.

Contribuindo com o pensamento de Andrade, Fresca (2010, p. 77) diz que a centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo esta considerada como elemento para a análise e o estabelecimento de sua hierarquia, e ainda acrescenta que as “localidades de mais baixo nível hierárquico distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito frequentes, sendo estas denominadas de centros locais”.

Ao se reportar às pequenas cidades antes da década de 1950, no caso específico dos países subdesenvolvidos, Santos (2010, p. 116) afirmou que as mesmas viviam em função das possibilidades de importação e exportação de produtos, determinadas pelas variações do mercado externo. Depois ele concluiu dizendo que elas “não tinham nenhuma autonomia em termos de produção ou de consumo”.

Após esta data, surgem novos fatores que são apontados por ele para o surgimento de novas pequenas cidades. Segundo Santos (2010, p. 117), a “necessidade de novos produtos e de produtos em maior quantidade se fizeram sentir. Essas necessidades de produtos, na sua maioria básicos, teriam de ser satisfeitas localmente, isto é, em lugares próximos e de fácil acesso”.

Ao se utilizar de critérios funcionais para o estudo das pequenas cidades, o mesmo usou a nomenclatura de cidades locais para denominar tais centros urbanos. A cidade local representa um organismo urbano que atende as necessidades primárias e imediatas da população.

Segundo Endlich (2011), é possível associar a pequena cidade a um local tranquilo, acolhedor e sem os problemas encontrados na sociedade das grandes cidades. No entanto, várias cidades do interior do Brasil começam a conviver com problemas sociais típicos dos grandes centros, a exemplo da violência.

Para Bacelar (2009, p. 5)

Nas médias e grandes cidades a discussão a cerca [sic] do espaço, seu uso e ocupação estão [sic] em outro nível ou mesmo escala de grandeza e não de importância. Os problemas urbanos das pequenas cidades são os mesmos vistos em cidades de porte médio e grande. A diferença é a escala.

Como já citado, atualmente não se tem uma definição única sobre o que são pequenas cidades. Contudo, existe uma tendência nos estudos sobre o assunto no Brasil para tomar como critério a questão demográfica, ou seja, utilizando o quantitativo da população para determinar se uma cidade é pequena ou não. Para isso, autores usam a quantia de menos de 20 mil habitantes para enquadrar uma cidade como pequena. Salienta-se também que este mesmo critério também é usado por órgãos oficiais, como o IBGE (MAIA, 2010).

Em relação ao que foi dito anteriormente, Leão (2010, p. 137) estabelece a seguinte crítica:

Critérios a partir do tamanho demográfico talvez apenas se aproximem do que realmente seja uma cidade dependendo do contexto em que cada uma delas está inserida; mas em um país de dimensões continentais como o Brasil, com diferentes realidades em cada região, esse tipo de classificação seria muito inadequado.

Neste sentido, entende-se que para definir uma cidade pequena é necessário entender o seu contexto em uma visão ampla, analisando sua importância para a região. Leão (2010) nos diz que a definição usando apenas questões demográficas não conduz a uma proximidade do que realmente deve ser considerada uma pequena cidade. Desse modo, deve-se analisar a importância de determinada cidade no contexto regional, para depois defini-la como pequena ou não, pois se utilizando apenas dos dados demográficos “incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes” (FRESCA, 2010, p. 76).

## **1.5 AS PEQUENAS CIDADES NO NORDESTE DO BRASIL**

Ao analisar a distribuição das pequenas cidades na região Nordeste, Maia (2010, p. 23-24) afirma que “já se pode encontrar alguns estudos sobre as médias e pequenas cidades do Nordeste brasileiro”, contudo, admite que “há um maior número de trabalhos que tratam especialmente das capitais nordestinas”. Ao considerar que no Brasil, toda sede de município é classificada como cidade e utilizando-se de dados estatísticos, a autora faz algumas observações sobre a distribuição das pequenas cidades na rede urbana nordestina.

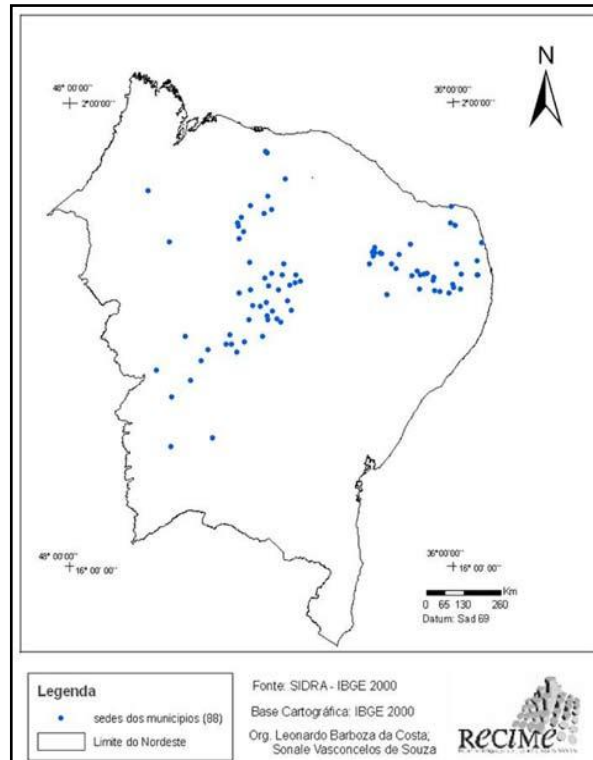
É fato que cada cidade possui características próprias, algo que se torna visível nas regiões com maior incremento de novas tecnologias. Diante disto, cabe observar que existe um “grande número de cidades, que pouco apresenta de inovações e mesmo de capacidade de suprir a população do próprio município com a oferta de serviços e produtos necessários” (MAIA, 2009, p. 150). Neste contexto, estas cidades poderiam ser classificadas como povoados, pois, não atenderiam aos seus moradores com o mínimo de serviços necessários.

Porém, Corrêa (2011, p. 6) admite que “inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa”, contudo, não possuem a nomenclatura de cidade. Na sua visão, vilas ou povoados podem ter funções urbanas, atendendo a população com o mínimo necessário, mas por não ser distrito sede de um município não recebem a classificação de cidade, afirmando que a “pequena cidade é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado de função de sede municipal” (CORRÊA, 2011, p. 6).

Utilizando-se destes pressupostos, a cidade como sede municipal e as funções urbanas exercidas pela mesma, Doralice Sátyro Maia faz uma análise sobre as pequenas cidades do Nordeste (e alguns registros sobre a Paraíba), traçando um perfil destas, no intuito de caracterizá-las e distribuí-las na composição da rede urbana desta região.

O Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, mostra que a região Nordeste possuía 1.552 municípios considerados pequenos, ou seja, que tinham menos de 20.000 habitantes (MAIA, 2010; SOARES E MELO, 2010). De posse destes dados, Maia (2010) classifica estas cidades em três categorias: até 1.000 habitantes, de 1.000 a 5.000 habitantes e de 5.001 a 20.000 habitantes. Com base em seus estudos, focaremos nossos esforços.

As cidades com menos de 1.000 habitantes totalizam 88 núcleos urbanos e estão mais concentradas no interior da região (Figura 1). Nota-se que não se concentram “exatamente ao extremo oeste”, e sim, “nas extremidades dos respectivos territórios estaduais” (MAIA, 2010, p. 24). A grande maioria destas cidades está situada no semiárido, região com fortes influências climáticas, tendo com principal problema a seca, proveniente da escassez das chuvas na região. Estas poderiam ser classificadas como povoados, pelo baixo nível populacional e a falta de estrutura urbana e de serviços.

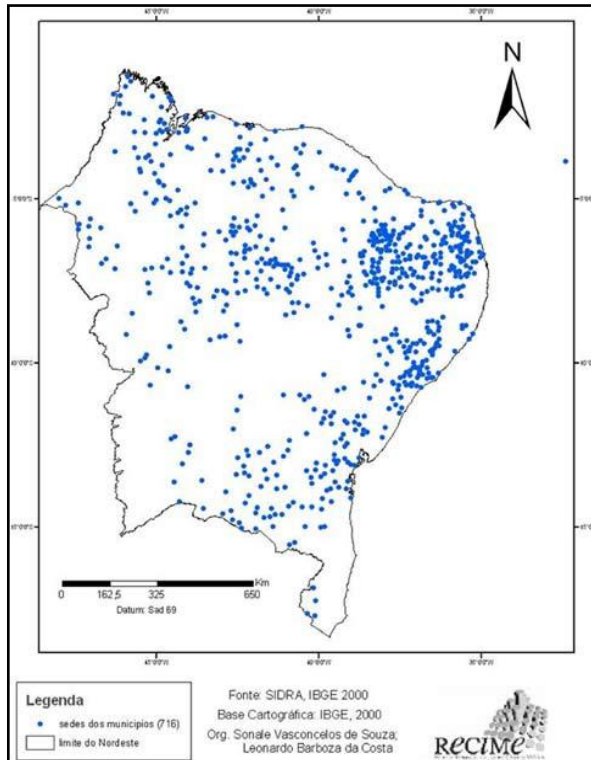


**Figura 1** – Cidades com até mil habitantes  
 Fonte: MAIA, 2010.

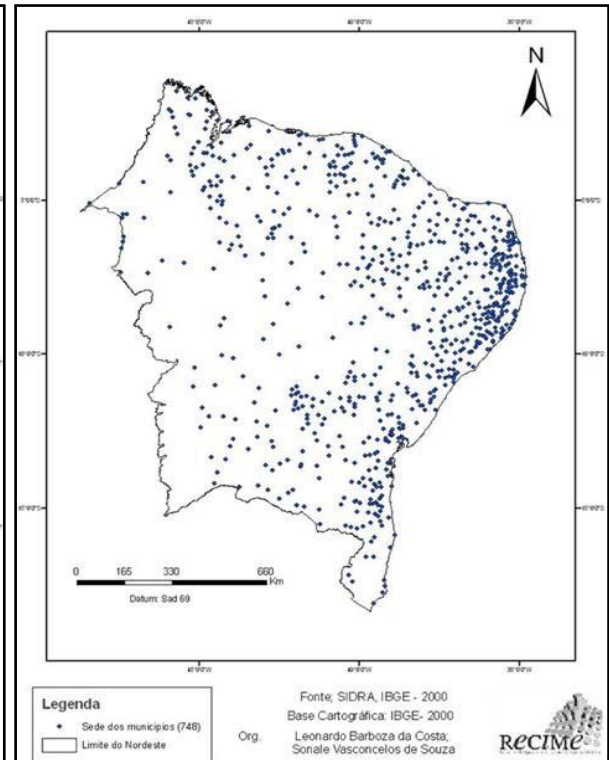
As cidades entre 1.000 e 5.000 habitantes, somam 716 núcleos (Figura 2), visualiza-se assim um aumento significativo no número de pequenos centros, estes podem ser considerados pequenas cidades ou “cidades locais”, pois “pouco oferecem de serviços e de estrutura urbana”, e ainda mantém uma ligação muito próxima com o meio rural, da mesma forma “com o núcleo em nível superior da hierarquia urbana”. Os mesmos estão distribuídos por todo o território regional, integrando-se as regiões metropolitanas das cidades maiores e mais importantes, aproximando-se do litoral e coincidindo “com as pequenas localidades utilizadas como segunda residência” (MAIA, 2010, p. 24). Muito presentes no semiárido e próximos dos centros regionais e sub-regionais.

Já os núcleos existentes entre 5.001 e 20.000 habitantes, também estão distribuídos em todas as áreas da região e contam 748 centros (Figura 3). Contudo, nota-se “alguns vazios na faixa extremo oeste do território regional”. Constata-se também uma grande proximidade com o litoral da região, “resultado do processo de ocupação territorial brasileiro”. Mostrando-se mais próximos das capitais dos estados e em número menor no semiárido (MAIA, 2010, p. 27).





**Figura 2** – Cidades com população entre mil e cinco mil habitantes.  
Fonte MAIA, 2010



**Figura 3** – Cidades com população entre 5.001 e 20.000 habitantes.  
Fonte: MAIA, 2010

As pequenas cidades recebem uma atenção especial no trabalho organizado por Silva, Gomes e Silva (2009), tais autores dedicaram seus esforços para compreendê-las no estado do Rio Grande do Norte. Considerando algumas particularidades, afirmam que a economia municipal revela uma forte ligação entre o campo e a cidade, pois estão baseadas, principalmente, na pecuária e na agricultura, em sua maioria de subsistência, sendo os elementos principais da base econômica municipal. Neste sentido, destacam que o

[...] quadro revela uma realidade expressa numa divisão social do trabalho de maneira simples, mantendo uma vinculação com o setor primário – agricultura de subsistência e pecuária -, uma vez que essas cidades, sedes administrativas dos municípios, têm uma economia que se expressa em atividades terciárias que são, na maioria das vezes, de pouca qualificação (SILVA et al, 2009, *apud* Maia, 2010, p. 27)

Para Maia (2010, p. 29) a “incipiente oferta de serviços e ainda um comércio bastante restrito, especialmente naquelas de menor contingente populacional”, são fatos que colaboram para esta relação cidade-campo, e acrescenta ainda que “parte da economia dos municípios cujas sedes apresentam contingente populacional inferior a 20.000 habitantes provém da gestão da economia rural e de recursos da união”. Nestes núcleos, os gastos

públicos (aposentados e pensionistas do antigo Funrural, por exemplo), favorecem a movimentação econômica e asseguram o funcionamento do pequeno comércio local.

Por possuírem uma economia frágil, sem fontes de receitas próprias ou insignificantes diante das necessidades da população, as pequenas cidades necessitam de recursos da União, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados, por meio do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para atenderem ao seu contingente populacional e suas necessidades (BACELAR, 2009). Corroborando com este pensamento, Clementino (1996) *apud* Maia (2010, p. 34) afirma que as pequenas cidades “em sua grande maioria, não possuem base econômica agrícola ou industrial que lhes favoreça na geração de emprego e renda ou que lhes propicie uma base tributável própria para reduzir sua dependência da União”.

Ao analisar a dependência das pequenas cidades do sistema regional ao qual estão inseridas, Soares e Melo (2010, p. 243) afirmam que

A maioria das pequenas cidades apresenta um processo de urbanização frágil, consequência, sobretudo, da concentração das atividades econômicas e da oferta de serviços nos grandes e médios centros urbanos e, particularmente, da insuficiente rede de comunicação/informação entre aglomerações de todos os tamanhos.

Este processo debilitado de urbanização causado pelo agrupamento de serviços e a densidade das atividades econômicas nos centros maiores, geram nas pequenas cidades o envelhecimento e a estagnação da população, pois sem a oferta de emprego, os jovens procuram os grandes e médios centros urbanos. Além disso, estes pequenos núcleos não conseguem absorver a população que migra do campo em busca de melhores condições de vida, pois lá, suas necessidades não são mais atendidas. Neste sentido, Soares e Melo (2010, p. 245) dizem que é “frequente, no caso brasileiro, a saída de população jovem da pequena cidade em busca de melhores condições de vida nos grandes centros”, e ainda acrescentam que:

Ao mesmo tempo ocorre que as pequenas cidades, em geral, não conseguem reter a população expulsa do campo, assim com os próprios moradores urbanos, devido à ausência de um setor econômico dinâmico gerador de empregos, bem como de serviços educacionais que possibilitem formação técnica e superior. Adicionam-se a isto outros aspectos como a falta de estruturas para o lazer, a diversão e o acesso às diversas práticas esportivas e de recreação.

A realidade constatada por Maia e por Silva, Gomes e Silva em seus estudos é idêntica a todos os Estados do Nordeste, atentando-se para as particularidades socioeconômicas de cada Estado ou área da região. Ao estudar as pequenas cidades no Estado

da Paraíba<sup>1</sup>, Maia (2009) também faz algumas observações em relação a esses núcleos. Segundo o Censo Demográfico de 2000, das 223 cidades, 210 possuíam menos de 20.000 habitantes.

Em sua primeira observação, ela chama a atenção para a data de emancipação dos municípios e afirma que “grande parte dos municípios mais recentemente criados no Estado da Paraíba apresentam baixo contingente populacional, principalmente na sua sede municipal” (MAIA, 2009, p. 151). Contudo, não são apenas os novos municípios que detém essa característica, antigos municípios, como São José de Espinharas, fundada em 1939, ainda apresenta um inexpressivo número de moradores na sede municipal, 1.475 habitantes. Ao compará-lo com Patos, que possui a mesma data de fundação, é possível observar uma população de 87.257 habitantes na sede municipal.

A carência de equipamentos culturais e de lazer também chama a atenção. Segundo Maia (2009, p. 152) verifica-se “uma ausência quase que total de vida cultural urbana nessas localidades” e ainda afirma que a “ausência de bibliotecas demonstra ainda a pouca vida intelectual”, fato que se reflete na baixa escolaridade da maioria de sua população.

Em seus estudos sobre as pequenas cidades, Soares e Melo (2010) destacam alguns pontos que merecem destaque: a relação entre o poder público local e a população; a relação com a natureza; o entorno rural e as ruralidades; a dependência do sistema urbano regional; o envelhecimento e a involução populacional, entre outros.

Sobre os núcleos urbanos menores, cabe ressaltar o que diz Corrêa (2011, p. 7) sobre as pequenas cidades no Brasil, elas “constituem um universo muito variado quando se considera um conjunto de características associadas aos núcleos urbanos e às suas hinterlândias. Estas características são gerais mas se efetivam de modo específico e se combinam gerando diferentes arranjos”. Para Maia (2010, p. 39), mesmo “naqueles pequenos centros que não correspondem ao que entendemos por cidade, encontramos indícios da realidade urbana, pois esta se manifesta na dispersão da cidade através da centralização do comércio, do encontro, da reunião, da informação”.

---

<sup>1</sup> A autora selecionou cinco cidades localizadas no Sertão do Estado da Paraíba para seus estudos: Patos, Coremas, Aparecida, São José dos Espinharas e São José do Brejo do Cruz.

## **CAPÍTULO 2**

### **UM ESTUDO DE CASO EM PEDRO RÉGIS – PARAÍBA**

Como já exposto no capítulo anterior, a cidade é produto da história e da sociedade que a construiu, construção esta possível através das relações econômicas e sociais que caracterizam cada período de sua formação. Ao analisar o perfil urbano das pequenas cidades do Agreste Potiguar, Rodrigues (2009, p. 198) afirma que foi necessário uma “apreciação crítica e reflexiva do processo histórico de produção do espaço regional que condicionou a configuração socioespacial das cidades em análise”.

Cada núcleo urbano possui características próprias, pois por mais idênticos que sejam, seu processo de formação ocorreu de forma diferente. Na paisagem, podemos perceber vários elementos, estes caracterizam o objeto construído (o espaço urbano) pelas relações sociais através do tempo. Ao tentar interpretar cada momento, busca-se compreender a cidade como uma produção humana.

#### **2.1 O INÍCIO DE TUDO: UM POUCO DA HISTÓRIA**

Em suas considerações sobre as pequenas cidades, Corrêa (2011) afirma que uma cidade pode ter diversas origens, ressaltando que não basta considerar o período de sua criação, mas também os motivos, os agentes sociais e a localização que possibilite a criação de tal povoamento. Pensando desta forma, tentaremos compreender como teve início o processo de povoamento da cidade de Pedro Régis-PB, para tal, utilizaremos dados obtidos em entrevistas com moradores antigos e pesquisas documentais que demonstrem sua origem e sua formação.

O povoamento do espaço que hoje compreende a cidade de Pedro Régis-PB tem origem no século XIX. Relatos sobre este período caracterizam tais ocupações como idênticas a atual zona rural, ou “sítios”, das pequenas cidades. Era um local habitado por famílias que passaram a residir com o propósito de praticar a agricultura de subsistência em suas pequenas propriedades. Tais famílias ainda vivem na cidade e hoje são consideradas tradicionais, a exemplo, da família Braz, Luis, Paulino, entre outras que ainda mantém descendentes na cidade.

Ainda segundo os relatos, o povoado tinha o nome de Retiro, que pertencia ao território do município de Mamanguape. Em 1932, com a chegada do senhor Pedro Régis da

Silva, a paisagem da localidade começa a sofrer mudanças com a compra de terras pelo mesmo e o início do povoamento da área.

O processo de expansão do povoamento da atual cidade de Pedro Régis começa após a chegada de Pedro Régis da Silva na antiga Vila Retiro no ano de 1932. Segundo os entrevistados, a construção de casas pelo mesmo fez com o que a ocupação do espaço se expandisse, surgindo um pequeno adensamento populacional. Ainda de acordo com entrevistados, Pedro Régis construía casas em suas próprias terras para alugá-las a novos habitantes, porém, após um período, ele as doava para o morador. Além disso, também doava suas terras para que novos habitantes construíssem suas moradias e para o poder público implantar serviços. A construção da Igreja de Nossa Senhora de Fátima marca o início da formação do espaço urbano, ao seu redor foram construídas diversas edificações, a exemplo da Escola Estadual, do Cartório Distrital e de novas residências.

Após a consolidação da formação do espaço, surge a primeira feira livre do local. De acordo com os entrevistados, a feira ocorria na casa do próprio Pedro Régis, que já tinha seu comércio e cedia o espaço nos arredores da sua residência para a comercialização da produção local. Na região, existia uma grande fazenda onde os rebanhos pastavam por um período maior durante o ano. Para o viajante a localidade servia de local de repouso, motivo da origem do nome Retiro.

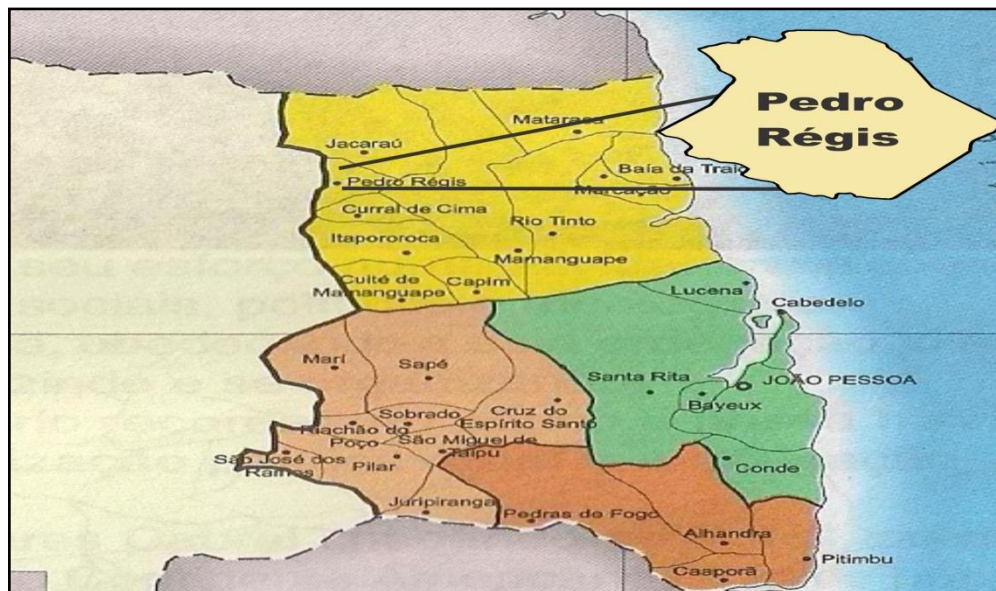
Em 08 de agosto de 1978 foi criado o Distrito de Retiro, através da Lei 4.007, pertencendo ao território do município de Jacaraú (desmembrado do território do município de Mamanguape em 1962) e determinando a Vila Retiro como sede do distrito. Após a criação do distrito o espaço urbano continuou a crescer, surgindo novas ruas, novas residências, caracterizando um pequeno espaço de relações sociais e de trabalho.

Com a criação do distrito de Retiro e a demarcação do seu território, políticos locais começam o processo de emancipação política do distrito. Segundo os entrevistados, destaca-se nesse momento o papel do Senhor Mário Bezerra Régis, filho de Pedro Régis da Silva – por meio de seus esforços –, em 29 de abril de 1994, através da Lei 5.886, o distrito de Retiro se emancipa do município de Jacaraú e torna-se município, mantendo-se o mesmo nome. Em 11 de dezembro de 1995, por meio da Lei 6.174, o município de Retiro passa a ser denominado de Pedro Régis. Teve sua instalação efetivada em 01 de janeiro de 1997, tendo como seu primeiro prefeito José Luís da Silva Neto.

## 2.2 ALGUNS ASPECTOS DO MUNICÍPIO DE PEDRO RÉGIS – PB

O município de Pedro Régis está localizado na mesorregião da Mata Paraibana e na microrregião do Litoral Norte. Ele faz parte também da 14ª região geoadministrativa do estado, tendo como sede a cidade de Mamanguape.

O município limita-se ao norte e a leste com Jacaraú, ao sul com Curral de Cima, a oeste com Lagoa de Dentro e a noroeste com Caiçara. Suas coordenadas encontram-se no paralelo 6° 37' 58" de latitude sul e no meridiano 35° 17' 49" de longitude oeste. Com uma altitude de 80 metros e uma distância de 80 km de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, através da PB-071 e da BR-101.



**Figura 4** – Mesorregião da Mata Paraibana e suas microrregiões, destacando o município de Pedro Régis – PB.

**Fonte:** RODRIGUEZ, 2002 (com adaptação).

O município em questão apresenta uma área de 73,560 km<sup>2</sup>, representando 0.13% do Estado, 0.0047% da Região e 0.0009% de todo o território brasileiro (CPRM, 2006). De acordo com o Censo Demográfico de 2010, possui uma população de 5.765 habitantes distribuída da seguinte forma, 2.148 na zona urbana e 3.617 na zona rural. Sua densidade demográfica é de 78,37 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Possui um clima do tipo Tropical Chuvoso com verão seco. O período chuvoso começa no outono tendo início em fevereiro e término em outubro. A precipitação média anual é de 1.634.2 mm. Pertencendo ao bioma da Caatinga. Sua vegetação é do tipo Floresta

Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia e Cerrado/Floresta (CPRM, 2006, IBGE, 2012), já bastante alteradas pelas atividades antrópicas.

O território do município de Pedro Régis está inserido na unidade Geoambiental dos Tabuleiros Costeiros. A mesma está presente em todo o Litoral do Nordeste, com altitude média de 50 a 100 metros e compreende platôs de origem sedimentar que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas (CPRM, 2006).

Apesar desta unidade apresentar a mesma condição climática (quente e úmido) em toda a sua extensão, possui diferentes tipos de solos que podem ser imensamente ácidos, outros são silicosos, alguns privados de matéria orgânica e podem se mostrar extremamente ricos em matéria orgânica de coloração escura, que podem justificar a presença de dois tipos de cobertura vegetal, mata atlântica e campos cerrados. Os “solos aí predominantes são formados de areia alva inconsistente e de pouquíssimo húmus”, fato que contribui para uma vegetação de porte reduzido (POLARI, 2012, p. 152)

### 2.3 POPULAÇÃO E ECONOMIA

No Brasil é considerada cidade, por questões administrativas, toda sede de município. As pequenas cidades são definidas a partir de questões demográficas, ou seja, o uso de dados populacionais é considerado, pela maioria dos autores, como principal elemento para classificar núcleos urbanos como pequenos, médios ou grandes. Ressalta-se, porém, que esta metodologia pode ocasionar a igual classificação das cidades em regiões com características diferentes.

Para Marx e Engels (1998, p. 55) a cidade é o “resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades”. O espaço urbano é o efeito da união de vários elementos produzidos pela relação social, econômica e de trabalho.

Baseado nesta afirmativa e no crescente processo de urbanização ocorrido no Brasil no século XX, será traçado um panorama demográfico do município de Pedro Régis, concentrando a análise na população urbana. Para isso, serão utilizados os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, conforme **Tabela 1**.

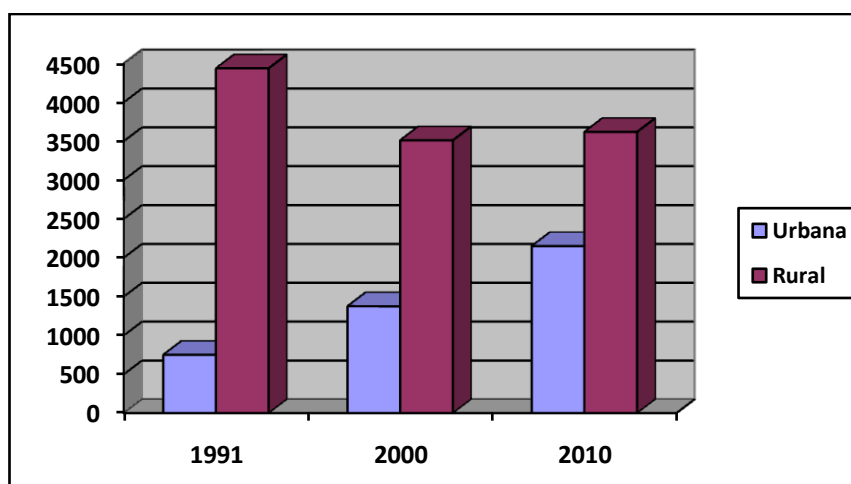
**Tabela 1** – População do município de Pedro Régis.

CENSO DEMOGRÁFICO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		TOTAL
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	
1991*	749	14,44	4435	85,56	5184
2000	1374	28,14	3509	71,86	4883
2010	2148	37,3	3617	62,7	5765

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000, 2010.

\*Dados do Distrito de Retiro, que pertencia ao território do município de Jacaraú. O mesmo foi elevado à categoria de Município em 1994. Em 1995, o mesmo passou a se chamar Pedro Régis.

A **Tabela 1** mostra uma pequena evolução da população total do município em 18% no período entre 2000 e 2010. A população urbana cresceu 56% no mesmo período aumentando sua parcela na população municipal de 28,14% em 2000 para 37,3% em 2010. A população rural teve um pequeno aumento de quase 4%, porém uma diminuição na participação da população total de 71,86% em 2000 para 62,7% em 2010.

**Gráfico 1** – População urbana e rural no período entre 1991 e 2010.

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000, 2010.

Como pode ser observado no **Gráfico 1** e na **Tabela 1**, mesmo com a oscilação populacional no período entre distrito e município, uma observação se faz necessário, a presença majoritária da população na zona rural do município, ou seja, mesmo com todo o processo de urbanização ocorrido no Brasil e no mundo durante o século XX, os moradores de Pedro Régis ainda residem no campo.

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME, 2010), Pedro Régis configura como a 139ª economia do estado, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 26.427 e uma renda per capita de R\$ 4.573. A economia municipal sofre uma maior influência do setor de serviços (76,99%), seguido pela agropecuária (13,68%) e pela indústria (9,34%).



**Tabela 2** – PIB do município de Pedro Régis por setor em 2010.

<b>SETOR</b>	<b>PIB (em R\$ 1.000)</b>	<b>Relativo (%)</b>
Agropecuária	3.543	13,68
Indústria	2.418	9,34
Serviços	19.942	76,99
<b>Total</b>	<b>25.904</b>	<b>100,01</b>

Fonte: IDEME, 2012.

A produção agropecuária é diversificada, porém os cultivos acontecem em pequenas propriedades e muitas vezes dividem espaço com a agricultura de subsistência. Entre os produtos existentes no município é possível destacar: a cana de açúcar (27.500 toneladas), a mandioca (1.200 toneladas), a banana (540 toneladas), o mamão (240 toneladas), bem como o abacaxi, a batata, o milho, o feijão, a castanha de caju, entre outros. Na pecuária destaque para a criação bovina, de aves, como a galinha e o frango e para a produção de mel (IBGE, 2011). O serviço público é a base da economia municipal, tendo em vista que a prefeitura é o maior empregador. O IDHM do município em 2010 foi 0.542, a incidência de pobreza na faixa de 59,13% e o índice de Gini em 0,35, dados de 2003, segundo o IBGE.

### CAPÍTULO 3

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maioria das pesquisas na área de geografia urbana destacam os fenômenos que se manifestam nos grandes centros, porém esse panorama aos poucos vem sendo modificado. O aumento das taxas de urbanização em várias partes do mundo tem despertado o interesse de profissionais que se dedicam à compreensão dos sistemas e das redes urbana. Neste conjunto, estão incluídos os centros de porte menor: as cidades médias e pequenas.

Segundo Santos (2012, p. 68) a rede urbana é "um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infraestrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações". O atual cenário urbano brasileiro exige uma compreensão do papel que estas cidades têm na rede urbana.

Ao fazer uma análise da rede urbana, Corrêa (2006, p. 29) diz que em "razão de necessidades vinculadas à produção, circulação e consumo (...), torna-se necessária a existência de vários pontos interferindo no processo de circulação." Esses pontos são os centros urbanos.

Cada cidade da rede participa de algum modo e intensidade dos processos acima indicados: caso contrário, terá sua existência inviabilizada. Sua singularidade só se verifica em razão de sua inserção em uma parte específica do território submetido ao processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente (CORRÊA, 2006, p. 30).

Porém, é preciso compreender que um determinado centro pode não servir a população com o que ela necessita, não possuindo uma dinâmica urbana capaz de fornecer alguns elementos básicos (pequeno comércio e alguns serviços elementares). Este espaço, portanto, não poderia ser denominado de *cidade local* ou *centro local*, pois foge da compreensão do que sejam tais espaços, configurando-se apenas como povoado.

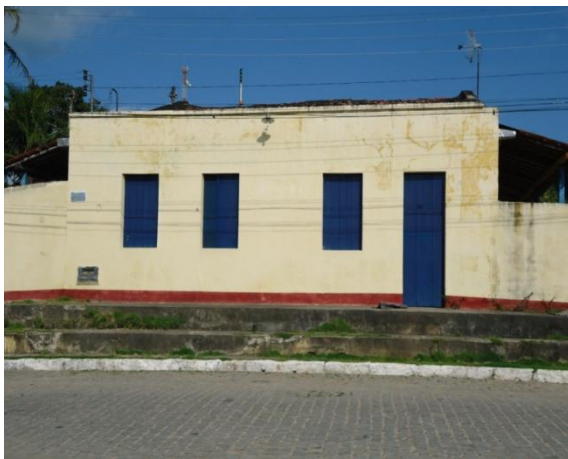
A partir das discussões feitas durante a elaboração deste trabalho pode-se afirmar que Pedro Régis se enquadra na categoria *pequena cidade*, classificação esta baseada no método demográfico (núcleo urbano com população inferior a 20.000 habitantes). Contudo, concordamos com o pensamento de que apenas este fator não é suficiente para definir uma cidade como pequena, tendo em vista outros indicadores apontados no Capítulo 1.

Como afirma Maia (2009), tais núcleos poderiam sim ter uma dinâmica caracteristicamente urbana, algo que os dados demográficos por si só não poderiam demonstrar. Porém, nas pequenas cidades paraibanas isto não acontece.

A partir da década de 50 do século passado, com a nova política municipalista houve um estímulo à criação de novos municípios. Na Paraíba, entre 1951 e 1965 verificou-se a criação de 130 novos municípios, totalizando 171. Entre 1994 e 1995 observou-se a criação de mais 52, totalizando 223 municípios. Ressalta-se, porém, que muitos deles não apresentam infraestrutura político administrativa, muito menos equipamentos urbanos essenciais. (RODRIGUEZ, 2002). Entre estes últimos municípios criados está Pedro Régis.

Segundo relatos dos entrevistados, no momento de sua fundação, a cidade de Pedro Régis contava com poucos equipamentos urbanos. Os prédios públicos estavam, em sua grande maioria, instalados em imóveis alugados e não contavam com estrutura adequada para o funcionamento (era visível a falta dos serviços de saúde, educação e infraestrutura). Durante a nossa entrevista, o Sr. José Luis, que foi prefeito do município de Jacaraú entre os anos de 1969 à 1973 e 1976 à 1983, disse que investiu bastante no distrito de Retiro, melhorando a sua estrutura. Ele afirmou que vislumbrava a futura emancipação política daquele lugar (elevação à categoria de município).

Após a instalação do município em 1997 e a posse do primeiro prefeito, a cidade começou a se formar, com melhorias em sua infraestrutura e instalação de serviços essenciais para atendimento à população: construção do posto de saúde Severina Fernandes, reforma completa da escola municipal Daura Ribeiro, reforma da praça, construção de uma pré-escola, construção da sede da Prefeitura (**Fotos 1 e 2**), pavimentação de ruas. Percebe-se, assim, que a cidade não possuía sequer os elementos necessários para seu funcionamento.



**Foto 1** – Antiga Prefeitura até 2002 e residência do Senhor Pedro Régis da Silva.  
Fonte: Autor, 2013.



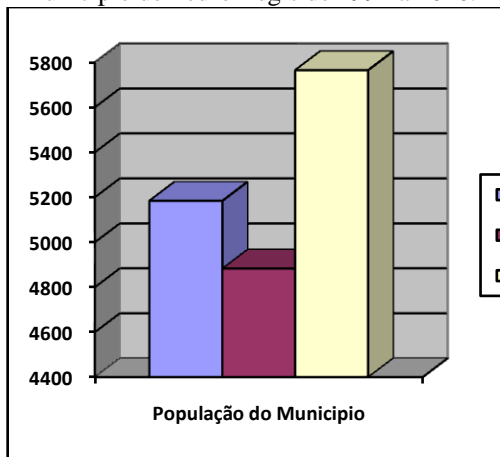
**Foto 2** – Atual prédio da Prefeitura Municipal. Inaugurada em 2003.  
Fonte: Autor, 2013.

Após a análise da formação histórica do espaço em questão, partiu-se para as observações empíricas.

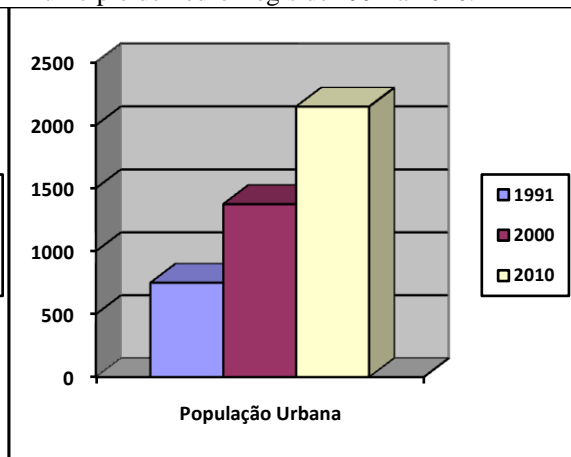
As questões demográficas não podem ser deixadas de lado na compreensão das pequenas cidades, pois sua evolução pode demonstrar a expansão econômica e do seu tecido urbano. De acordo com Lefebvre (1999, p. 15), a

concentração da população acompanha a dos meios de produção. O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. (...) não designa, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo.

**Gráfico 2** – Evolução da população total do município de Pedro Régis de 1991 a 2010.



**Gráfico 3** – Evolução da população urbana do município de Pedro Régis de 1991 a 2010.



Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Fonte: Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

De acordo com os gráficos acima, nota-se uma crescente evolução da população municipal e da população urbana, porém se comparado aos níveis atuais de urbanização, uma crescimento muito pequeno. A diminuição da população total do município no período da sua emancipação e instalação (1991-2000) não impediu o crescimento da população urbana em 11,2%, contudo a população rural ainda continua sendo maioria no conjunto da população, 62,7% do total. No período analisado, 1991<sup>2</sup>- 2010, houve um acréscimo de 302% em relação ao número de domicílios urbanos (IBGE, 2012).

<sup>2</sup> No censo 1991, a cidade de Pedro Régis aparece como distrito de Jacaraú, tendo como sede a Vila Retiro.



**Foto 3** – Vista panorâmica da cidade de Pedro Régis.  
Fonte: Prefeitura Municipal. (2012)

Ao analisar a economia nas cidades dos países subdesenvolvidos, Santos (2012) destaca a existência de dois circuitos econômicos, o circuito superior e o circuito inferior, afirmando que todas as cidades participam de pelo menos um destes.

Ao caracterizar os dois circuitos, o autor supracitado observou que o circuito superior está composto de comércio (varejista e atacadista), atividades industriais diversificadas e uma infinidade de serviços. Já o circuito inferior é essencialmente composto por “formas de fabricação de ‘capital não intensivo’, por serviços não modernos e pelo comércio em pequena escala e não moderno.” (SANTOS, 2012, p. 97).

Nas pequenas cidades, a fraca dinâmica urbana, o comércio pouco diversificado e a oferta incipiente de serviços contribuem para a debilidade econômica. A ausência de produção e comercialização de mercadorias especializadas causa também uma dependência em relação aos núcleos urbanos de maior porte, que por sua vez oferecem serviços e produtos não encontrados nas pequenas cidades.

Em Pedro Régis, o centro urbano serve como referência para atender as necessidades básicas da população, mas não conta com comércio e serviços mais especializados. O comércio é formado por estabelecimentos varejistas que atendem a população com produtos de consumo corrente ou aqueles necessários à prática agrícola. Em 2011, o IBGE registrou apenas 33 estabelecimentos empresariais, fato que mostra sua fragilidade econômica.

O comércio local é basicamente formado por “lojas de variedades”, com maior oferta em artigos de vestuário e de presentes, e pelos pequenos estabelecimentos de varejo, voltados

para atender as necessidades diárias da população, como produtos alimentícios, de higiene e de limpeza (**Fotos 4 e 5**). Encontram-se também outros tipos de comércio, como madeireira, lojas de material de construção, pequenas lojas especializadas no comércio de celular, borracharia, lanchonetes, padaria e farmácia.



**Foto 4** – Estabelecimento comercial varejista com produtos de uso diário.  
Fonte: Autor, 2013.



**Foto 5** – Estabelecimento comercial varejista sem especialidade.  
Fonte: Autor, 2013

Na cidade verifica-se a ausência de agências bancárias. Tais serviços são oferecidos pelos correspondentes bancários e pelos postos de atendimento (PA). Não existem também hospitais, apenas um posto de saúde para atendimentos simples. Porém, destaca-se a presença de alguns serviços como laboratório de análises clínicas, correios, operadora de telefonia móvel e fixo, comunicação (rádio), cartório, delegacia de polícia, restaurante, provedor de internet, entre outros. Contudo, Pedra e Nogueira (2011), afirmam que ao dispor de pequena variedade de produtos ou serviços, os custos agregados ao transporte tendem a se transferir para o produto ou serviço que chegará ao consumidor final. Isso, por sua vez, acaba induzindo os consumidores a buscarem essas mercadorias ou serviços em cidades de maior porte.

Na cidade de Pedro Régis é hábito de seus habitantes procurarem outros centros urbanos maiores, como João Pessoa, Mamanguape, Guarabira, para compra de produtos eletrônicos, eletrodomésticos e outros bens duráveis. Mesmo com a existência de lojas deste tipo na cidade, os moradores ainda procuravam outros centros para a aquisição de tais produtos. Com uma economia frágil e baseada na agricultura familiar e na pecuária, o PIB do município está melhor representado pelo setor de serviços, majoritariamente pelo serviço público (76,99%).

A oferta de serviços públicos também é limitada. A cidade dispõe de duas escolas municipais de ensino fundamental (**Foto 6**) e uma pré-escola/creche, uma escola estadual de ensino fundamental e médio (**Foto 7**) e nenhuma escola particular, nota-se também a ausência de estabelecimentos de ensino superior, sejam públicos ou privados. A saúde dispõe de um posto que oferece atendimento básico com consultas em poucas especialidades. Como na maioria das pequenas cidades, por não dispor de serviços especializados, o governo municipal oferece o transporte para a locomoção de pacientes para as cidades maiores, que oferecem as especialidades e os serviços necessários.

Os programas sociais, como bolsa família, PETI e PROJOVEM, são, em alguns casos, a única fonte de renda da população. Através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) são oferecidos cursos, projetos sociais e políticas públicas voltadas para os idosos, adultos e jovens.



**Foto 6** – Escola Municipal Daura Ribeiro.  
Fonte: Autor, 2013.



**Foto 7** – Escola Estadual Margarida Dias.  
Fonte: Autor, 2013

As áreas de lazer, culturais e de relações sociais também são elementos ausentes nos pequenos núcleos urbanos, salvo algumas exceções. A falta de clubes, grêmios recreativos, parques, casa de eventos, entre outros, é notada, havendo a presença apenas de praças, ginásio poliesportivo (**Fotos 8 e 9**) e campo de futebol. Mesmo não contando com nenhuma casa de espetáculos, cinema ou museu, não se pode afirmar que tais locais não possuam vida social ou cultural. Para Maia (2010, p. 39), os pequenos centros que não “correspondem ao que entendemos por cidade, encontram-se indícios da realidade urbana, pois esta se manifesta na dispersão da cidade através da centralização do comércio, do encontro, da reunião, da informação”.



**Foto 8** – Ginásio Poliesportivo.  
Fonte: Autor, 2013.



**Foto 9** – Praça pública no centro da cidade de Pedro Régis.  
Fonte: Autor, 2013.

A pequena cidade vista pelo viés político-administrativo, também nos traz algumas reflexões. A economia incipiente e os poucos atrativos para investimentos comerciais privados, fazem com que a receita da administração pública seja composta quase que exclusivamente de repasses federais (FPM) e estaduais (ICMS). O poder público, representado pela prefeitura, é o principal empregador nos aglomerados de pequeno porte, como afirma Bacelar (2009, p. 9) “não existe uma difusão de empregadores e prestadores de serviços na esfera privada” e continua “ficando ao poder público, na figura da prefeitura municipal, o encargo não só de gerir as políticas públicas, mas também de outras formas de prestação de serviços à população”.

Neste sentido, Soares e Melo (2010, p. 242) ressaltam as relações entre o poder público e a população, quando afirmam que as mesmas são “marcadas pela dependência, assistencialismo, demandas e atenção pessoais (questões são tratadas no âmbito da personalidade) são uma das características fundamentais da política na pequena cidade brasileira”. Em Pedro Régis, este fato pode ser observado, uma vez que a prefeitura é o maior empregador do município, fato que pode explicar o setor de serviços como principal elemento na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Sendo a prefeitura a responsável pela maior geração de emprego, entende-se que quanto menos dinheiro repassado menos recursos circulam na economia local.

Outro ponto que chama a atenção é o custeio por parte da administração municipal em relação aos serviços prestados nas cidades pequenas pelos governos federal e estadual (BACELAR, 2009). No caso de Pedro Régis, pode-se citar o aluguel de prédios para o funcionamento da Emater (**Foto 10**), da CAGEPA, da delegacia de polícia, dos Correios



(Foto 11), o deslocamento de funcionários para tais serviços, o custeio com a manutenção e combustível dos veículos para o funcionamento destes órgãos. Portanto, além de ser o maior empregador, o serviço público ainda tem que arcar com as despesas de prestação de serviços que deveriam ser do governo estadual e federal.



**Foto 10** – Prédio da Emater – PB, locado pela Prefeitura Municipal.  
Fonte: Autor, 2013.



**Foto 11** - Agência dos Correios.  
Fonte: Autor, 2013.

A intensa relação com o meio rural é outra característica presente na cidade de Pedro Régis. Muitos moradores da cidade possuem relações com o meio rural, alguns porque lá moravam e se mudaram para a cidade, mantendo suas propriedades, outros moram na cidade, mas mantém atividades de características rurais nos bairros e até mesmo nas ruas, como a criação de bovinos (**Foto 12**), caprinos, bovinos, suínos, as plantações de milho e feijão (**Foto 13**), os quintais das residências com pequenas criações, o “vínculo identitário com o lugar, as tradições, os hábitos alimentares” (SOARES E MELO, 2010, p. 243), são imagens frequentes nas pequenas cidades, denominadas por Maia (2010, p. 197) de o “campo na cidade”.

Na relação campo-cidade, em Pedro Régis um fato chama a atenção. Ao contrário do que acontece nas cidades brasileiras, o município ainda tem uma população majoritariamente rural, mesmo passando por um lento processo de urbanização, um visível crescimento do perímetro urbano através da criação de loteamentos, conjuntos habitacionais e casas populares. Isto pode ser explicado por alguns fatores, entre eles, a migração dos jovens para os grandes centros, causando a perda, a estagnação ou o envelhecimento da população; muitas vezes o agricultor mora na cidade, mas por passar mais tempo da sua vida no campo, considera a casa na zona urbana como segunda residência. O campo, diferente do que acontece em outros centros, ainda atende as necessidades de seus moradores através da

agricultura de subsistência ou familiar e da criação de animais. A cidade não oferece emprego e não possui atrativos capazes de tirar a população rural do seu habitat.



**Foto 12** – Criação de bovinos próximo ao centro da cidade de Pedro Régis – PB.  
Fonte: Autor, 2013



**Foto 13** – Plantação de milho na zona urbana de Pedro Régis – PB.  
Fonte: Autor, 2013

Um elemento muito comum na zona urbana dos pequenos centros é a feira livre. Em todas as cidades da Paraíba elas estão presentes, em sua grande maioria pequenas, outras maiores, com um grande volume de produtos expostos para venda e troca (RODRIGUEZ, 2002). Nas pequenas cidades, as feiras têm participação importante na dinâmica do pequeno centro, possuindo uma forte relação com o campo, sendo local de encontro da população.

Em Pedro Régis a feira livre é tradicional, existindo desde o período da chegada de Pedro Régis da Silva (1932), porém ostentando o pequeno porte até os dias atuais (**Fotos 14 e 15**). São fatos que podem explicar esta pouca expressividade, a falta de um comércio dinâmico e a pouca participação da cidade na rede urbana a qual pertence.

Na cidade de Pedro Régis, a população acostumada com a calma nos dias semanais, encontra aos sábados um movimento mais intenso. Os feirantes chegam cedinho, montam nas suas pequenas barracas para a venda de mercadorias: o vozerio e as alegres conversas são ouvidas de longe. Vê-se neste momento a feira livre como ponto de encontro entre as pessoas que moram na cidade e no campo (é o dia das “comadres” e dos “compadres” se confraternizarem).



**Foto 14** – Pequena feira livre na cidade de Pedro Régis – PB.  
Fonte: Autor, 2013.



**Foto 15** – Comercialização de produtos agrícolas na feira livre de Pedro Régis – PB.  
Fonte: Autor, 2013.

A oferta de mercadorias na feira é escassa, nota-se a presença muito forte da agricultura família ou de subsistência, com produtos como banana, batata, macaxeira, inhame, laranja, verduras, legumes, temperos, entre outros, produzidos pelo pequeno agricultor que utiliza a feira para aumentar sua renda. Percebe-se também a presença de produtos manufaturados, como roupas, utensílios domésticos, brinquedos, etc.; contudo nota-se a ausência de carnes, aves, gêneros alimentícios, estes frequentemente encontrados em grande número nas feiras de maior porte.

Para o moradores da cidade, a feira é o momento de abastecer a casa, com frutas e verduras recém colhidas, com um gênero alimentício mais barato, com produtos necessários para manter o bom funcionamento da sua residência. Para o pequeno feirante, é o momento de vender um pouco mais. Para o morador do campo é o momento de ir à cidade, rever amigos, vender seus produtos, comprar suprimentos diários e necessidades pessoais, ir ao médico e ao banco.

Com o aumento da população na cidade, mesmo que pequeno, o espaço urbano cresce. Novas construções, muitas delas voltadas para utilização comercial futura, o aumento tímido do comércio, a chegada de novos moradores e a construção de novas casas, as pequenas obras públicas e privadas, alteram a paisagem desses pequenos núcleos. O tráfego de veículos, não muito dinâmico, mas perceptível pela presença das motocicletas, dos veículos de entrega, de representantes empresariais e dos particulares, das bicicletas e até de animais tipicamente rurais, como cavalos, vacas e jumentos, também é algo frequentemente encontrado.

O espaço urbano da cidade de Pedro Régis mostra elementos capazes de auxiliar na compreensão das pequenas cidades. Seus aspectos são comuns à grande maioria dos núcleos de mesmo porte. É evidente que as observações aqui expostas não são finitas, pois sabemos que vários outros elementos podem existir, demonstrando outros fatores por nós não estudados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi discutido ao longo deste trabalho, questões sobre a cidade (em especial as pequenas cidades), seu espaço urbano e suas características. A cidade é produto da história e das relações sociais que se desenvolveram através do tempo. Seu espaço é resultado do trabalho da sociedade humana sobre o meio natural pré-existente.

A pequena cidade, também apresenta objetos que contribuem para a sua interpretação histórica e funcional. Compreende-se, que por mais que estes espaços não demonstrem vida social urbana ou elementos urbanos, o pequeno núcleo é parte de uma rede mais ampla. Os pequenos aglomerados compreendem a junção da vida urbana, em menor escala, com o campo, em um espaço de convívio mútuo. Sua classificação não deve levar em consideração apenas seu tamanho, mas fatores que possibilitem a compreensão dos mesmos como componentes de um país cada vez mais urbano.

A pequena cidade, o centro local ou a cidade local são definições utilizadas para denominar os pequenos núcleos urbanos como o mais baixo nível de classificação na hierarquia urbana. Os mesmos são caracterizados por uma centralização local que atende as necessidades primordiais de seus moradores. Neste sentido, é essencial a análise da pequena cidade inserida na rede urbana, e para que isto aconteça é de fundamental importância a observação empírica para a compreensão de como é formado este espaço sem a presença da dinâmica urbana, econômica e social existente nos grandes centros.

Na sua definição, Santos (2012) chama de cidade local aquela aglomeração urbana que atenda as necessidades essenciais de seus habitantes. Mas, quais necessidades seriam estas? Na nossa concepção, as necessidades presentes nos pequenos núcleos do Nordeste não são as mesmas dos pequenos núcleos de outras regiões do país. Para isto, basta observar a realidade de cada região. Por isso, é necessário uma melhor compreensão de que elementos formam tal espaço.

O comércio pouco dinâmico é um problema nas pequenas cidades. Em Pedro Régis isso fica visível: a pouca diversidade econômica, as atividades comerciais incipientes e a falta de serviços causam a dependência da população ao serviço público. Os pequenos estabelecimentos comerciais que atendem as necessidades imediatas da população não conseguem oferecer empregos para uma população urbana muito pequena (2.148 habitantes), que exhibe baixo nível de remuneração.

O poder público torna-se o maior empregador e sem fonte de renda, este fica dependente de verbas federais e estaduais. A saúde não dispõe de serviços especializados,

obrigando a população a procurar centros maiores que ofereçam tais serviços. A educação oferece os níveis fundamental e médio. Sem a presença de institutos técnicos ou superiores que atendam aos recém-saídos das salas de aulas, muitos estudantes buscam dar continuidade aos estudos em outras cidades, a exemplo de Mamanguape, Guarabira e João Pessoa.

O que chama atenção nas pesquisas bibliográficas e empírica é a forte presença do campo ou de características rurais. Algo pouco comum nas médias e grandes cidades, na pequena é frequente encontrar animais como cavalos, vacas, jumentos, a criação de aves, as plantações de produtos agrícolas como milho, feijão, mandioca, entre outros. Portanto, a presença do campo no espaço urbano dos pequenos núcleos é um elemento característico da paisagem.

A realização das entrevistas junto a parte da população permitiu constatar que o serviço público é o maior empregador, gerando uma renda de menos de um salário, considerando os descontos das contribuições. Segundo os entrevistados, o principal problema por eles enfrentados é a falta de emprego. Porém, a grande maioria está satisfeita em residir na cidade. Assim, nota-se a uma afetividade pelo lugar, característica dos pequenos centros.

Ao nosso entender, a cidade de Pedro Régis é classificada pelo método demográfico como pequena cidade por apresentar uma população inferior a 20.000 habitantes, e qualitativamente por possuir um comércio pouco dinâmico, oferta limitada de serviços, dependência de centros urbanos maiores, forte ligação com o campo e o setor público sendo o maior empregador.

Mesmo assim, as necessidades básicas da sua população são atendidas, mantendo uma centralidade em relação aos seus habitantes, que mesmo sem muitas ofertas procuram a zona urbana para suprir suas necessidades. Neste contexto, consideramos a cidade de Pedro Régis como pequena cidade, atendendo aos requisitos para tal classificação,

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Corrêa de. Geografia Econômica. São Paulo: Atlas, 1998.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequena cidade: uma caracterização. In: **Anais do V Encontro de Grupos de Pesquisa**, Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br>. Acesso em 02/agosto/2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e indústria. 4ª ed., São Paulo: Contexto, 1991, 70 p. (Coleção Repensando a Geografia).

\_\_\_\_\_. A Cidade. 8ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007, 98 p. (Coleção Repensando a Geografia).

\_\_\_\_\_. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b, 123 p.

CASARIL, Carlos Cassemiro. “Pequenas cidades” ou “cidades locais”? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. In: **Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Receita municipal e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. In: **Anais do Encontro Nacional da APIPSA**, Campina Grande, 1996.

CORRÊA, Roberto. Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. Revista Território on-line, ano IV, nº 6, jan./jun, 1999.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

\_\_\_\_\_. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. GEOUSP: espaço e tempo. nº 30, São Paulo, 2011. p. 05-12

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. Projeto Cadastro de Fontes de abastecimento por água subterrânea. Estado da Paraíba. Diagnóstico do Município de Pedro Régis. CPRM/PRODEEM, Recife, p. 11 + anexos, 2005.

ENDLICH, Ângela Maria. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam?. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, Costa Rica, 2011, p. 1-14.

FREITAG, Barbara. Utopias urbanas. X Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Fortaleza, 2001.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. Mercator, vol. 9, n. 20, set./dez, Fortaleza, 2010, p. 79-81.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Buscando compreender as pequenas cidades. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Universitária/UFAM, 2009, p. 125-137.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 28/abril/2012.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico, Paraíba, 1991. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 28/jun/2013.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico, Paraíba, 2000. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 28/jun/2013.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico, Paraíba, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 28/jun/2013.

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME). PIB municipal 2010: anexo estatístico. Disponível em: <http://www.ideme.pb.gov.br/>. Acesso em 02/Agosto/2013.

LEÃO, Carla de Souza. Reflexões sobre o desenvolvimento e as pequenas cidades: análise das cidades de Dracena e Ouro Verde-SP. Caderno Prudentino de Geografia. n.32, vol.1, jan/jun, 2010, p.135-153.

LEFEBVRE, Henri. A revolução Urbana. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1999. 176 p (Humanitas)

LOPES, Diva Maria Ferlin. Cidades pequenas são urbanas? O urbano possível. Superintendência de Estudos econômicos e Sociais da Bahia. Revista Bahia Análise e Dados (Cidades: Conceitos, Processos e História), v. 19, n. 2, Salvador, 2009, p. 395-412.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: Como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Universitária/UFAM, 2009, p. 138-158.

\_\_\_\_\_. Cidade, relações cidade-campo e metropolização. In: BUITONI, Marísia Margarida Santiago (org.) . **Geografia: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 183-206 (Coleção Explorando o Ensino)

\_\_\_\_\_. Cidades médias e pequenas no Nordeste: Conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250 p (Série estudos e pesquisas)

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PARAÍBA. Lei nº 4.007, de 08 de agosto de 1978. Cria o Distrito de Retiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.pb.gov.br/>. Acesso em 02/agosto/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.886, de 29 de abril de 1994. Cria Município de Retiro e determina outras providências. Disponível em: <http://www.al.pb.gov.br/>. Acesso em 02/agosto/2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.174, de 11 de dezembro de 1995. Dá nova denominação ao Município de Retiro recém desmembrado do Município de Jacaraú, Estado da Paraíba. Disponível em: <http://www.al.pb.gov.br/>. Acesso em 02/agosto/2013.



PEDRA, Joyce de Lima; Nogueira, MARLY. Breves considerações sobre as pequenas cidades. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br>. Acesso em 01/agosto/2013.

POLARI, Rômulo Soares. A Paraíba que podemos ser: da crítica à ação contra o atraso. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. 368 p.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. Dinâmica econômica e expansão urbana: o caso de Mossoró – RN. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Universitária/UFAM, 2009, p. 167-195.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Morada nas cidades brasileiras. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2003, 72 p. (Coleção Repensando a Geografia).

\_\_\_\_\_, Arlete Moysés. Conceito e definição de cidades. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Universitária/UFAM, 2009, p. 297-318.

RODRIGUEZ, Janete Lins. Atlas Escolar Paraíba. João Pessoa: Editora Grafset, 2002.

SANTOS, Cílicia Dias dos. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 5, n. 1, Taubaté - SP, jan-abr, 2009, p. 177-190.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979, 152 p.

\_\_\_\_\_. A Urbanização Desigual: A especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos. Tradução Antonia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. 3ª ed., São Paulo: Edusp, 2010.

\_\_\_\_\_. Da totalidade ao lugar. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012. 176 p.

SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de (Orgs.). Pequenas cidades: uma abordagem geográfica. Natal: Universitária/UFRN, 2009.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: Uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José Aldemir (org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Universitária/UFAM, 2009, p. 117-124.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250 p (Série estudos e pesquisas)

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1995, 80 p. (Coleção Repensando a Geografia)

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: ed. UNESP, 2004, 218 p.

\_\_\_\_\_. A vida nas cidades. 5<sup>a</sup> ed., 2<sup>a</sup> reimpressão, São Paulo: Contexto, 2010, 92p.  
(Coleção Repensando a Geografia)

## **ANEXOS**



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
Casa de Eplácio Passos

João Pessoa - Pb.


LEI Nº 4.007 , DE 08 DE AGOSTO DE 1978.

Cria o Distrito de Retiro e dá  
outras providências.

O Presidente da Assembléia faz saber que o Poder Legisla-  
tivo do Estado decreta e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado no Município de Jacaraú, o Distrito  
Administrativo e Judiciário denominado Retiro, com sede em o povoado de  
idêntico nome, que é elevado ao predicamento de Vila.

Art. 2º - O Distrito ora instituído, terá as seguintes li-  
mites:

- 
- a) Ao Norte, partindo de Rio Pitamba, divisa com o Municí-  
pio de Lagoa de Dentro, segue em linha reta até alcan-  
çar o riacho Canabrava daí prossegue numa tangente e  
até atingir o Engenho Sepucáia, que fica para o novo Dis-  
trito, desta ponte parte em linha reta até encontrar o  
lugar Pedrinhas, na estrada de rodagem de Jacaraú, no  
Pb-71, em demanda de Jacaraú.
  - b) Ao Sul, começando na foz do riacho Tibeó sobre o rio Ca-  
maratuba segue este rio acima até atingir os limites com  
o Município de Lagoa de Dentro, no marco nº 10, em Teuma-  
tá.
  - c) A Leste iniciando na foz do riacho Tibeó, segue pelos li-



limites do Distrito Timbó em linha reta até atingir a Igreja de Macêdo, daí prossegue até alcançar a entrada da estrada para o Engenho Salvador Gomes, na rodovia Pb-71, que demanda à cidade de Janaréú, desta ponte de estrada segue pela mesma, até alcançar o lugar "Pedrinhas" deste local prossegue numa reta até alcançar o Engenho Sapucaia, que fica para, o novo Distrito era criado.

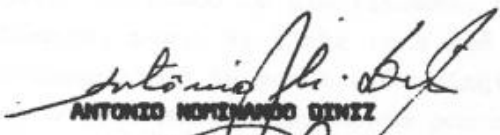
- d) A Oeste, começando no marco nº 10, em Tauamatá, já referido, prossegue pelos limites naturais com o Município de Lagoa de Dentro, até alcançar o rio Pitomba, já mencionado.

Art. 3º - O atual Distrito Policial de Retiro passará a ter os novos limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 4º - A instalação do Distrito era criado, se fará em sua sede perante o Juiz de Direito de Comarcas a que pertencer, trinta (30) dias após a sua criação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado de Paraíba, em João Pessoa, 08 de agosto de 1978.

  
ANTONIO NOGUEIRA DINIZ

Presidente

  
EDME TAVARES DE ALBUQUERQUE

1º Secretário

LAÉRCIO PIRES DE SOUZA

2º Secretário



GOVERNO DA PARAÍBA

LEI N.º 5.886 , de 29 de abril de 1994

CRIA O MUNICÍPIO DE RETIRO E  
DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Retiro, desmembrado do Município de Jacaraú, tendo por sede o povoado de igual nome, elevado à categoria de cidade.

Parágrafo único - O Município de Retiro tem os seguintes limites:

I - Ao Norte, partindo do Rio Pitomba, divisa com o Município de Lagoa de Dentro, segue em linha reta até alcançar o Riacho Canabrava daí prossegue uma tangente até atingir o Engenho Sapucaia, que fica para o novo Município, deste ponto parte em linha reta até encontrar o lugar Pedrinhas na estrada de rodagem PB/71;

II - Ao Sul, começando na foz do Riacho Timbó sobre o Rio Camaratuba, segue este Rio acima até atingir os limites com o Município de Lagoa de Dentro, no Marco nº 1º, em Taumatã;

III - A Leste, iniciando na foz do Riacho Timbó, segue pelos limites do Distrito de Timbó em linha reta até atingir a Igreja de Macêdo, daí prossegue até alcançar a estrada para o Engenho Salvador Gomes, da Rodovia PB-71, que demanda à cidade de Jacaraú, deste ponto da estrada segue pela mesma até alcançar o

Engenho Sapucaia;

IV - A Oeste, começando no marco nº 10, em Taumatã, já referido, prossegue pelos limites naturais, com o Município de Lagoa de Dentro até alcançar o Rio Pitomba, no ponto de partida.

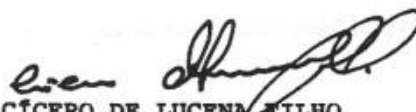
Art. 2º - O Município de Retiro fica integrado à Comarca de Jacaraú.

Art. 3º - A instalação do Município dar-se-á em 1º de janeiro, com a posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos em pleito direto e simultâneo com os demais municípios do País.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA,  
em João Pessoa, 29 de abril de 1994; 106º da Proclamação da República.

  
CÍCERO DE LUCENA FILHO  
GOVERNADOR

05 05 94

RECEIVED DC ...

Vilena

*[Faint signature]*



Estado da Paraíba  
**Assembléia Legislativa**  
Casa de Epitácio Pessoa

Lei nº 6.174, de 11 de dezembro de 1995.

Dã nova denominação ao Município de Retiro recém-desmembrado do Município de Jacaraú, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, faz saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu, fulcrado no Parágrafo 7º do Art. 65 da Constituição Estadual, Promulgo a seguinte Lei:


Art. 1º - O Município do Retiro, desmembrado recentemente do Município de Jacaraú, neste Estado, passa a ser denominado de Município de PEDRO REGIS, com sede do mesmo nome.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de dezembro de 1995.

CARLOS DUNGA  
Presidente



DESTA DATA

16/12/95

Estado Civil de Governador